

REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER TIMORENSE NO MANUAL DO ALUNO DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

REPRESENTATIONS OF THE ROLE OF THE TIMORESE WOMAN IN THE STUDENT MANUAL OF THE GEOGRAPHY OF HIGH SCHOOL

Vanessa Lessio Diniz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brasil. E-mail: vanessalessiodiniz@gmail.com

Recebido: 15 de maio de 2018
Aceito: 20 de setembro de 2018
Publicado: 17 de novembro de 2018

REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER TIMORENSE NO MANUAL DO ALUNO DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Vanessa Lessio Diniz*

Resumo: A proposta deste texto é analisar as representações do papel da mulher timorense no Manual do Aluno de Geografia do 11º ano do Ensino Secundário Geral. Para tanto, optou-se por analisar o subtema *Os recursos Culturais – uma explicação do presente à luz do passado* da Unidade Temática 3 – *Os recursos de Timor-Leste*, a partir das concepções teóricas-metodológicas da Teoria do Discurso de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Como resultado, observa-se nesse material didático que certos enunciados relacionados especificamente ao papel das mulheres contribuem para a significação e a naturalização das desigualdades de gênero em Timor-Leste, ressalto ainda que esses conteúdos não são abordados por um viés crítico que permitem aos estudantes timorenses a desnaturalização ou o rompimento com estereótipos de gênero construídos historicamente, socialmente e culturalmente.

Palavras-chave: representação; gênero; manual do aluno; geografia escolar.

REPRESENTATIONS OF THE ROLE OF THE TIMORESE WOMAN IN THE STUDENT MANUAL OF THE GEOGRAPHY OF HIGH SCHOOL

Abstract: The purpose of this text is to analyze the representations of the role of Timorese women in the Students' Manual of Geography of the 11th grade of the General Secondary Education. To that end, it was decided to analyze Subtheme 3 *Cultural resources – an explanation of the present in the light of the past* from the Thematic Unit 3 – *The resources of East Timor*, based on the theoretical-methodological conceptions of Discourse Theory by Chantal Mouffe and Ernesto Laclau. As a result, it is noted that certain statements, specifically related to the role of women, are presented in this material in a way that contributes to the significance and naturalization of gender inequalities in East Timor. We emphasize that these contents are not addressed through a critical bias that allows students to denature or break with gender stereotypes that are built historically, socially and culturally.

Keywords: representation; gender; student manual; school geography.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brasil. E-mail de contato: vanessalessiodiniz@gmail.com
<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.3.79>

INTRODUÇÃO

Este texto foi desenvolvido em virtude do interesse em compreender como o papel da mulher timorense¹ é representado no âmbito da disciplina de Geografia do Ensino Secundário Geral² (ESG) de Timor-Leste, mais especificamente, compreender como representações discursivamente materializadas nos enunciados presentes no Manual do Aluno³ dessa disciplina escolar, agem na naturalização e na manutenção dos estereótipos de gênero⁴, ou seja, na naturalização dos papéis (funções) exercidos apenas por homens ou por mulheres nessa sociedade. Essas representações podem contribuir para a permanência da desigualdade de gênero ou para o avanço da igualdade e empoderamento das mulheres timorenses, o que desperta meu interesse sobre a relação existente entre os discursos responsáveis pelo ordenamento de sentidos e o processo de significação que legitima o que é ser mulher em Timor-Leste.

Procuo contribuir para a discussão sobre *Gênero e Sexualidade em Timor-Leste*, partindo da vivência nesse país, durante os anos 2014 e 2015, quando atuei como docente em diferentes instituições de ensino em Díli, pelo Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP/

¹ Usarei neste texto o termo “mulher timorense”, pois é o mesmo termo utilizado no material didático timorense. Entretanto, sabe-se “ser impossível definir uma única forma de ser mulher nesse país, no qual múltiplas realidades convivem e que, a despeito de ser um país de pequeno território e pouco populoso, mostra-se multilinguístico e multicultural” (Tribess et al., 2015a, p. 221).

² O Projeto de Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral iniciou-se em 2010 pelo Ministério da Educação conjuntamente com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, tendo como equipe técnica pesquisadores da Universidade de Aveiro (Ramos e Teles, 2012). O currículo do Ensino Secundário Geral foi elaborado em língua portuguesa e implementado nas escolas em âmbito nacional.

³ Usarei Manual do Aluno para me referir ao material aqui analisado, pois é o título dado ao material didático elaborado na Reestruturação Curricular do ESG. Entretanto, acredito que usar o masculino para se referir a todos os indivíduos, é mais uma forma de reproduzir e reforçar os estereótipos e a invisibilidade de alguns gêneros. Uma sugestão de título para esse tipo de material seria Manual de Estudante.

⁴ Neste texto, compreendo que estereótipo de gênero é o conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, implícito na personalidade construída pelo indivíduo e conservada na memória, como parte do seu sistema geral de valores sejam estes individuais ou partilhados.

CAPES) e, posteriormente quando retornei em 2017 para a realização do trabalho de campo da minha pesquisa de doutoramento. Nesses momentos em Timor-Leste, tive a oportunidade de vivenciar experiências que contribuíram para a minha formação enquanto mulher, bem como mulher estrangeira e ocidental – mas que igualmente origina-se de um país localizado no Sul global⁵ – e, sobretudo contribuíram para a reflexão sobre o meu papel enquanto mulher cooperante e pesquisadora em um país pós-conflito.

Através de muita escuta, diálogo e partilha, muitos olhares foram sendo construídos para a compreensão sobre a realidade das mulheres de Timor-Leste (já que a historiografia oficial muitas vezes as silenciam), essas experiências demonstraram-me diferentes trajetórias de vida e, ao mesmo tempo apenas uma pequena dimensão do que é ser mulher nesse país, evidenciando a impossibilidade de completude para definir tal papel social. Visto que, segundo Cunha (2010, p. 99), os fios da emancipação que as mulheres tecem todos os dias, a visão *panóptica* e totalitária da ciência iluminista ocidental “de pouco nos serve para ver, entender, desvendar e relacionar as estratégias que são forjadas sob a mais dura e clandestina opressão ou sob a mais pública e bem-sucedida campanha”.

A vivência com mulheres timorenses, me fez (re)conhecer as aproximações existentes nos mais distintos papéis atribuídos as mulheres em países tão distantes territorialmente e culturalmente como o Brasil e Timor-Leste. Talvez o passado colonial português, entrelaçado ao catolicismo e a catequização sejam os principais responsáveis por algumas semelhanças, já que ainda hoje muitos aspectos dessa colonização estão enraizados em nosso cotidiano, em especial, no que diz respeito ao patriarcado⁶ e sua atuação sobre a vida de nós mulheres. A título de exemplo, um contexto histórico similar vivenciado por essas mulheres é abordado por Batista (2017) que relaciona

⁵ “O Sul global refere-se às regiões do mundo que foram submetidas ao colonialismo europeu e que não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte)” (Meneses e Vasile, 2014, p. 06).

⁶ Patriarcado será entendido nesse texto como “Uma relação de dominação e exploração que estrutura a sociedade, sistema que se perpetua e precisa ser compreendido numa perspectiva histórica da dominação masculina, as relações podem se alterar, mas a dominação permanece, sendo inclusive sustentada por uma economia doméstica e pela dificuldade do acesso das mulheres ao espaço público” (Guimarães, 2016, p. 14).

as convergentes situações de trauma e sofrimento da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e da ocupação indonésia em Timor-Leste (1975-1999), afirmando que em ambos os casos a forma utilizada pelos militares para reprimir as mulheres deu-se principalmente pelas diferentes formas de violência sexual. Sobre essa forma de violência, pode-se dizer que os “fantasmas” desses períodos ainda permanecem no cotidiano de muitas mulheres, através dos ferimentos não físicos, mas psicológicos causados durante o conflito, já que, quando a guerra armada termina “isso não determina que outras guerras, cruéis e persistentes, não continuem, insidiosamente, a alimentar-se das muitas violências que existem escondidas quando se vê chegar aquilo a que se chama paz” (Cunha, 2012, p. 71).

De um modo mais geral, refletindo sobre os padrões de desigualdade de gênero e violência que nós mulheres vivenciamos, pode-se dizer que esses foram construídos historicamente e remontam a uma dominação colonial, capitalista e a uma divisão sexual do trabalho (Guimarães, 2016). Assim, é válida a problematização de modo como as verdades e os padrões de comportamento feminino considerados legítimos são socialmente e temporalmente construídos, isto é, competem a um determinado período histórico, partindo de escolhas, interesses e visões de mundo de um grupo particular que, ao longo de disputas e negociações entre diferenças e equivalências discursivas, conseguem ganhar força e dimensão universal (Laclau, 2011); as verdades de uma determinada época se propagam discursivamente através de representações enunciadas que se consolidam pelos mecanismos utilizados para sua disseminação.

Diante disso, considero o *currículo escolar* como um desses mecanismos. Ressaltando que os tratamentos reducionistas ou muitas vezes equivocados sobre a temática de gênero presentes nos currículos da educação básica e do ensino secundário apenas reforçam certas desigualdades e estereótipos, naturalizando assim, relações de opressão e subalternização. Giroux (1995), discorre que a história das mulheres não é considerada pelos conteúdos curriculares das escolas, os quais contemplam apenas as culturas hegemônicas que retratam a visão do homem branco e europeu. Esse cenário vem se alterando nas últimas décadas, mas segundo Silva (2015), o mundo social ainda hoje é constituído de acordo com os interesses e as formas masculinas de pensamento e conhe-

cimento, já que existe grande desigualdade “dividindo homens e mulheres, com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se, obviamente, à educação e ao currículo” (*Ibidem*, p. 92), refletindo na representatividade perante os conteúdos dos documentos curriculares e nos discursos dos materiais didáticos.

Dessa forma, este texto procura analisar algumas representações atribuídas ao papel da mulher timorense presentes no Manual do Aluno da disciplina de Geografia do ESG. Sabe-se que este material exerce a função de livro/material didático no país, sendo um dos principais recursos utilizados por professores (seja como fonte de informação ou como um auxiliador na sequência dos conteúdos a serem trabalhados em aula), utilizado em todo território nacional. Como qualquer documento curricular, podendo refletir ideologias dominantes e a legitimação de estereótipos, eleva-se a necessidade de atenção ao contexto de produção desses materiais e seus discursos, para que a sua utilização realmente contribua para uma aprendizagem significativa na formação de estudantes críticos, politizados e conscientes do seu papel social, possibilitando a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Objetiva-se assim, analisar como alguns enunciados estabelecem significações em relação ao papel social desempenhado especificamente pelas mulheres timorenses. Pretende-se demonstrar se certas representações presentes nesse material vêm avançando na discussão e na compreensão de aspectos que envolvam a emancipação frente aos discursos normativos, ou se apenas reforçam as concepções de uma sociedade patriarcal e díspar. Porém, não procuro por uma definição ou um fechamento para o que é ser “mulher timorense”, mas sim busco atentar ao modo como tal definição é significada, negociada ou reinventada. Cabe esclarecer, que esse texto também tem como finalidade possibilitar rupturas de olhares e instigar a reflexão sobre as questões de gênero presentes nos currículos da disciplina de Geografia, sem impor uma única visão sobre essa temática, uma vez que, as lutas por igualdade de gênero são particulares nos diferentes contextos e sociedades.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS MULHERES EM TIMOR-LESTE

São aspectos sociais que definem e sujeitam o comportamento e as funções desempenhadas pelas mulheres. Beauvoir (1967, p. 9), afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, discutindo que o *ser mulher* se dá a partir do conjunto da civilização que elabora esse produto, ou seja, o que se entende por padrões e comportamentos femininos são construções sociais e não biológicas. Ou seja, gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas refere-se ao conjunto de representações que cada sociedade constrói para atribuir significados e características para cada um desses sexos através do seu contexto histórico (Aua, 2005).

Sobre os sentidos que se atribui aos gêneros, Silva (2015, p. 105) expõe que “é suficiente observar como sua definição varia ao longo da história e entre as diferentes sociedades para compreender que elas não têm nada de fixo, de essencial e de natural”. Por isso, as mais diferentes culturas desenvolveram diversas concepções sobre gênero, que não são estáticas, mas sim, passíveis de transformação no âmbito de mudanças culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, assim como em outros contextos, são múltiplas as trajetórias e os papéis desempenhados pelas mulheres de Timor-Leste.

Para Batista (2017), é possível refletir sobre algumas particularidades dessas mulheres, isto é, são mulheres inseridas em uma sociedade localizada no Sul global e que reflete as interferências culturais dos antigos colonizadores, assim como as interferências dos conflitos territoriais e ditatoriais. Nesse sentido, o papel das mulheres na sociedade timorense não é fixo, único e estável, sendo marcado e definido culturalmente conforme os diferentes grupos etno-linguísticos localizados nos distintos municípios do seu território. No campo do conhecimento tradicional e local de Timor-Leste, é possível defrontar-se com a separação e ao mesmo tempo equilíbrio na forma de conceber diferenças frente ao *lulik* (o sagrado) nas esferas de pertencimento do feminino e do masculino. Trindade (2016), discorre que a crença da religião tradicional timorense está baseada em uma deusa, *Maromak*, sendo esse fato responsável pela importância das mulheres nessa sociedade, já que são reverenciadas por

sua fertilidade, tendo a vida centrada nelas, sendo “essa noção diferente das ideias ocidentais/modernas/cristãs que descrevem o oposto: os homens como raiz da vida, tendo Eva origem nas costelas de Adão” (Trindade, 2016, p. 40). Segundo Apoema (2016),

Na cosmogonia timorense, há um equilíbrio entre os mundos masculinos e femininos. O lulik, o sagrado, é o centro de uma experiência cercada pelo feminino – o interior, a autoridade; protegido pelo masculino – o exterior (Trindade, 2011). Toda a experiência social depende do adequado equilíbrio entre essas dimensões da vida. A dimensão do conhecimento tradicional, de modo similar, perpassa a experiência e a relação/observação de todas elas. (Apoema, 2016, p. 270).

Porém, com a independência, a entrada da Organização das Nações Unidas (ONU) para administração da transição do país enquanto Estado soberano e a democratização de Timor-Leste, deu-se início as políticas de incentivo à igualdade de gênero em escala nacional, padronizando ações e políticas que trouxeram avanços, mas também conflitos entre essas novas perspectivas e o papel tradicional dessas mulheres. Para Trindade (2016), as ativistas de gênero, sejam elas timorenses ou não (locais e internacionais) tem realizado campanhas com ideias liberais feministas sem considerar as perspectivas locais, “a definição cultural timorense da posição das mulheres, status e contribuição para o bem-estar da família e da sociedade em geral têm sido negados e ignorados nessa discussão” (Trindade, 2016, p. 41).

Esse autor, ainda discute que em Timor-Leste as campanhas liberais feministas não irão funcionar no pós-conflito, porque esse feminismo “se concentra nas mulheres como um eu individual, enquanto a cultura timorense não pode separar um indivíduo (mulheres e homens) de sua complexa relação com a sua família e sociedade” (*Ibidem*, p. 42). Concordo que a estrutura social timorense tem seu fundamento na coletividade, entretanto, cabe sim a problematização dos papéis de privilégio desempenhados durante séculos pelos homens nessa sociedade e, as novas formas das mulheres timorenses (re)existirem, isto é, as novas condições feministas dessas mulheres frente as situações que historicamente foram concebidas como tradicionais, naturais e sagradas, sendo impassíveis de contestação. Cunha (2006) com base em seus referenciais de pesquisa, discorre que,

a construção da nação independente não invisibiliza ou silencia totalmente as mulheres como pretendia fazer o sistema colonial mas mantém-nas reféns de uma diferença identitária e social que as reenvia para a esfera do privado, cujo projecto de vida essencial é dar à Pátria cidadãos que cumpram o desígnio da independência nacional. (Cunha, 2006, p. 9).

Simião (2005), discute que o Estado timorense tem sido um dos agentes produtores de muitas das novas fontes de sentidos para práticas locais, especialmente no que toca às relações de gênero. Esse autor trabalha com a ideia de “invenção da violência doméstica”, problematizando as mudanças ocorridas no pós-independência em relação as situações de violência e opressão vivenciada pelas mulheres frente a um novo “sistema de justiça de Estado que aparentemente se opõe às arenas locais de resolução de disputas” (*Ibidem*, p. 5). Compreende-se assim, que a partir da modernização desse Estado surge a formação de uma nova realidade, onde as mulheres ocupam novos espaços na sociedade, mas ainda enfrentam os preconceitos, os estereótipos e as dificuldades de um país com uma sociedade em transição.

Ao meu ver, um aspecto importante para discussão, é que embora as mulheres assumam atribuições consideradas tradicionalmente masculinas, o mesmo não ocorre em relação aos homens, por exemplo, ainda hoje esses não realizam atividades domésticas⁷, ou quando realizam é parcialmente. A administração da casa e dos filhos continua como responsabilidade das mulheres timorenses, que acabam por ficarem sobrecarregadas no seu cotidiano. Nessa sociedade ocorre profunda desigualdade nas funções domésticas, podendo refletir em um desempenho inferior das funções profissionais das mulheres em relação aos homens. Esse contexto já foi retrato em pesquisas anteriores, uma delas foi no âmbito do *Grupo de Estudo sobre Mulheres de Timor-Leste (GEM)* – composto por cooperantes do PQLP, em que mulheres timorenses

⁷ “O trabalho doméstico não remunerado, ou seja, gratuito, é aquele que as pessoas desempenham no interior de suas próprias casas para reprodução de sua vida cotidiana. Ainda que tal trabalho seja rotineiro, cotidiano e necessário para a existência de todas as pessoas, geralmente são as mulheres as encarregadas de todas essas funções ou da maior parte delas no interior de seus lares e na convivência das famílias. A gratuidade e a invisibilidade são importantes na compreensão deste trabalho: na divisão sexual do trabalho é atribuída às mulheres a responsabilidade pelo cuidado com a casa, família e filhos” (Guimaraes, 2016, p. 7).

relataram em entrevistas a experiência de manter a qualidade no seu trabalho profissional tendo que lidar com a sobrecarga do trabalho doméstico. Nesses relatos, uma das mulheres entrevistadas contou que ao escolher morar sozinha com seu esposo e suas filhas (não dividindo a casa com outros membros da família), exigiu dela uma dupla jornada exaustiva de trabalho.

A primeira coisa que eu fiz foi morar sozinha com meu marido e minhas filhas, mas eu senti muita responsabilidade comparando com o passado. Tem que cuidar sozinha das filhas, tem que fazer tudo direito, trabalhar em casa, tem que fazer tudo sozinha, e eu ficava reclamando, porque tinha as coisas da casa [...]. Sim, eu decidi [morar em uma casa separada da família do marido]. Mas, tenho as reclamações... é muito cansativo, saio do trabalho e tenho que trabalhar em casa. Eu sempre falo para meu esposo “um dia vou fugir daqui, não vou mais ficar com vocês”. (Tribess et al., 2015a, p. 233).

Outra pesquisa, ocorreu no âmbito da unidade temática intitulada Igualdade de Gênero, no curso *Formação de formadores de comunicação, questões de gênero, direitos humanos e gestão*, do Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC), em que as discussões com participantes também evidenciaram essas desigualdades. Segundo Diniz (2016), o fato das mulheres timorenses hoje ocuparem espaços públicos com postos de trabalhos iguais aos dos homens, já é considerado por muitos um sinônimo de igualdade de gênero. Porém na esfera do privado, do tradicional, do familiar, as mulheres em Timor-Leste ainda lutam para conquistarem equidade

Os formandos responderam que existe igualdade de gênero no seu ambiente de trabalho, que homens e mulheres podem desempenhar os mesmos papéis, e que isso *depende da capacidade que cada um tem para desenvolver o trabalho*. O problema desse discurso, que foi discutido durante o encontro, é que as mulheres desde muito novas precisam cuidar da casa, dos filhos e da família, enquanto os maridos têm maiores possibilidades de melhorarem nos trabalhos. Assim, as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens, e isso não está relacionada à sua capacidade. (*Ibidem*, p. 262 – grifo meu).

Com esse breve exposto, concordo com Silva (2014), quando diz que atualmente existe uma forte tensão entre a cultura tradicional e a modernidade nas questões de gênero. A autora ainda discute que a igualdade de gênero faz

parte da agenda de modernização do país e, por isso, principalmente em Díli é possível encontrar mulheres desempenhando cargos públicos, trabalhando nos ministérios, nos setores administrativos, nas universidades, nos centros de pesquisas, entre outros. No entanto, ainda existe um alto índice de violência doméstica nos sucos de Timor-Leste, e a participação das mulheres na esfera das políticas tradicionais ainda é rara.

[...] as mulheres no contexto de Timor-Leste (assim como em qualquer outro lugar) têm sim poder em diversos espaços e relações - como mães, esposas, em suas casas. Entretanto, não são ouvidas ou consideradas em outros espaços, como, por exemplo, no âmbito das cerimônias tradicionais das casas sagradas e nos conselhos comunitários de decisão. (Tribess et al., 2015b, p. 09).

Contudo, a igualdade de gênero atualmente acontece em Timor-Leste através da inclusão das mulheres no acesso a empregos e no incentivo à formação e geração de renda, sob o ponto de vista do desenvolvimento do país (Silva, 2014). Ou seja, para atender demandas externas, a sociedade timorense repensa o papel da mulher na esfera pública, mas ainda mantém uma desigualdade estrutural. De tal maneira que a igualdade de gênero se limita ao acesso no mundo profissional, sem, contudo, mudar a perspectiva da existência feminina em outros contextos. Diante disso, a luta pela desnaturalização dos estereótipos, dos padrões normativos atribuídos as mulheres e pela igualdade de gênero segue viva e pulsante nesse país.

Em Timor-Leste, temos diferentes espaços de luta, resistência e discussão política sobre o papel das mulheres na contemporaneidade, a título de exemplo, temos o *Centro de Estudos de Género* (CEG) da UNTL – que tem como principal objetivo disseminar o conhecimento sobre gênero, através de uma aproximação multidisciplinar, de forma a contribuir para um desenvolvimento nacional sensível à igualdade de gênero; a *Organização Popular da Mulher Timor* (OPMT) – criada em 1975 no âmbito do partido Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETELIN), essa organização busca ainda hoje mostrar que a mulher timorense sempre contribuiu incansavelmente para a organização, mobilização e consciencialização política da população ao mesmo tempo que também tomou consciência política do seu papel e do seu valor; a *Rede Feto Timor-Leste* – que tem como principal

objetivo a discussão sobre a violência e saúde reprodutiva das mulheres timorenses; entre outros grupos, movimentos e organizações.

Todos esses espaços, compostos predominantemente por mulheres timorenses, buscam por outras formas de (re)existir socialmente, lutando por uma igualdade mais ampla dos papéis sociais entre os gêneros, mas sem é claro, esquecer os aspectos tradicionais e sagrados dessa cultura. As mulheres timorenses são responsáveis por suas próprias lutas feministas, inseridas em seu meio cultural e contextualizado com sua realidade. Diante disso, acredita-se que a educação promove rupturas de olhares, desnaturalizando desigualdades e trazendo possibilidades de transformação na vida dessas mulheres, que passam a agir com maior autonomia e mudanças positivas na forma de viver dentro dos aspectos culturais de sua sociedade. Assim, torna-se imprescindível a observação de como as mulheres são representadas no atual sistema educacional timorense, uma vez que, se a escola é compreendida enquanto um espaço de luta e transformação, cabe a todos os gêneros terem representatividade e oportunidades igualitárias.

PERCURSOS INVESTIGATIVOS: TEORIA DO DISCURSO, CURRÍCULO E REPRESENTAÇÃO

A Teoria do Discurso desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau é considerada como uma ferramenta para a compreensão do social, cujo entendimento se dá a partir de ordens discursivas, tendo as categorias analíticas⁸ *poder* e *discurso* como questões centrais das relações sociais. Essas, por sua vez, se desdobram em outras noções centrais à teoria, como: *ponto nodal*, *cadeias articulatórias*, *hegemonia*, *significante vazio* e *populismo* (Mendonça e Rodrigues, 2014). Segundo Laclau (2005), toda configuração social é também uma configuração significativa e, com isso, podemos destacar o papel que os currículos exercem enquanto campos de disputas de significações (Lopes e Macedo, 2011).

⁸ Estas categorias são exploradas no livro “Emancipação e diferença”, com destaque para os capítulos “Universalismo, particularismo e a questão da identidade”, “Por que os significantes vazios são importantes para a política?” e “Sujeito da Política e política do sujeito” (Laclau, 2011, pp. 47-105).

Essa base teórica recentemente vem sustentando alguns estudos curriculares permitindo romper com análises que apenas enfatizam a verticalização dos movimentos de produção e implementação, dando destaque aos processos de tradução⁹ que as políticas, concebidas como discursos, sofrem nos diferentes contextos da prática curricular (Costa & Pereira, 2013). A elaboração e a implementação de um currículo podem ser complexas e ir muito mais além da proposta curricular que o sustenta, pois, os processos de significação discursiva acontecem por meio de um sistema articulatório de cadeias de diferença e de equivalência, que disputam sentidos criados no movimento de luta política. Nessa perspectiva discursiva, entende-se que

o ordenamento das demandas políticas acontece em função de um exterior constitutivo, uma diferença interpretada como ameaça comum a ser combatida, um outro opressor. Tal momento possibilita que demandas diferenciadas de um meio social possam abrir mão de seus conteúdos particulares para se incorporarem em uma articulação que aspira à hegemonia. (Costa & Pereira, 2013, p. 296).

Essa hegemonia¹⁰ consiste em um processo permanente de disputa, cujo objetivo é a fixação de determinados significados particulares, desejando que eles possam representar a totalidade, assim a “hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (Mendonça & Rodrigues, 2014, p. 53). Entretanto, a fixação desses sentidos será sempre contingencial e provisória, e acontecerá a partir de determinadas condições específicas. A constituição de uma cadeia de equivalência para a formação de um discurso hegemônico se

⁹ “A política curricular pode ser pensada como produção discursiva, performada no confronto contaminante de diferentes discursos sociais que, duplamente, reiteram e traem os sentidos trazidos à baila, recriando-os por tradução. Tal reapropriação do outro é a marca do currículo como produção cultural, como fronteira espaço-temporal de negociação com a diferença que leio”. (Costa & Pereira, 2013, p. 35).

¹⁰ “Tal concepção de discurso retira da hegemonia o sentido de algo imutável, incontestável e intransponível uma vez fixado. Assim, um dado sentido discursivo curricular só é permanência – entendida aqui como um discurso hegemônico – em um tempo “x” enquanto outros discursos ou pautas exteriores permanecerem contrárias ou dissonantes a ele, ou seja, o que se revela como discursos de mudança e de permanência são identidades discursivas próprias ou particulares e pouco conciliáveis”. (Straforini, 2016, p. 169).

torna possível quando a articulação de demandas diferenciais se dá em torno de pontos nodais, ou seja, pontos de interseções contra os quais as identidades opostas a eles se unem, gerando a sensação de solidariedade (Lopes, 2011).

Compreende-se assim, que o discurso é um movimento constante de disputa de significação e se torna hegemônico quando um *ponto nodal* fecha a cadeia de significação em uma dada formação discursiva; quando um ou mais discursos particulares passam a se expressar como discurso universal. Portanto, o diálogo com a Teoria do Discurso permite encontrar subsídios teóricos consistentes para sustentar as argumentações de que não existe um sentido previamente fixado, passível de identificar as coisas e sujeitos desse mundo, de modo que o currículo se configura como “um processo de produção de sentidos, sempre híbridos, que nunca cessa e que, portanto, é incapaz de produzir identidades. O que ele produz é diferença pura, adiamento do sentido e, portanto, necessidade incessante de significação” (Lopes & Macedo, 2011, p. 227).

Nas discussões cotidianas sobre currículo, pensamos apenas nas questões relativas ao conhecimento, mas devemos pensar o currículo também como uma questão de identidade, pois esse conhecimento “está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (Silva, 2015, p. 15). Assim, pode-se dizer que um documento curricular é visto também como uma política cultural, pois contém definições parciais e localizadas historicamente de acordo com os princípios e os objetivos governamentais de cada período, estando sempre ligado à seleção de saberes, de visões de mundo, de valores, de símbolos e de significados.

Ao estabelecer representações, os conteúdos curriculares, agem na significação e na consolidação das verdades sobre um determinado povo, lugar, território ou nação, podendo também agir na significação dos papéis sociais desempenhados especificamente por homens ou por mulheres. Assim, os discursos presentes no currículo podem se tornar uma verdade universal e hegemônica, pois, segundo Hall (2016), nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos, ou seja, “as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas

criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (Hall, 2016, p. 21).

Nesse sentido, no âmbito dos documentos curriculares, os livros e materiais didáticos são vistos na literatura como importantes elementos da cultura escolar (Vilela, 2014) e, por isso, nos servem como ricas fontes de estudos e pesquisa. Pois se, de um lado, seus conteúdos não representam a totalidade do que acontece na escola, de outro, eles são evidências daquilo que é afirmado como “o que pode ser ensinado em uma certa disciplina escolar, em um certo tempo” (Ibidem, p. 56). É preciso entender que um material didático pode contribuir para a reprodução ou para a transgressão da sociedade patriarcal e desigual. De acordo com Oliveira (2011, p. 147) ao apresentar “[...] os gêneros de forma distinta e desigual, os livros didáticos podem contribuir para a construção e manutenção das desigualdades de gênero que, por sua vez, contribuem para a construção e manutenção de outras desigualdades sociais”.

Em Timor-Leste, ainda encontramos grande falta de livros ou materiais didáticos nas escolas que não sejam os produzidos pela cooperação portuguesa. Assim, o Manual do Aluno de Geografia deve ser analisado e investigado para se compreender de que modo a ciência geográfica vem sendo pensada e discutida, e de que maneira temas atuais e necessários como as questões referentes a gênero vem sendo trabalhadas. Esses materiais enquanto meio de divulgação do conhecimento, precisam discutir essas questões, informando estudantes acerca de sua realidade, para que assim o saber construído a partir da Geografia escolar seja um ato político, contribuindo inclusive para desconstrução de estereótipos de gêneros construídos socialmente.

Costa (2014) traz contribuições ao afirmar que o ensino de Geografia possibilita ao aluno o conhecimento do seu lugar, da sua realidade, da sociedade que o cerca. E na sociedade atual em que as mulheres lutam e constroem um papel significativo e de protagonismo, é importante a contextualização do tema gênero e do papel dessa temática na escola. Dessa maneira, apresento algumas interpretações acerca das representações do papel da mulher timorense presentes no atual currículo de Geografia do ESG de Timor-Leste – o qual foi produzido em um contexto específico (pós-conflito e de restauração da independência do país).

REPRESENTAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NO MANUAL DO ALUNO DE GEOGRAFIA DO ESG

A Geografia escolar por meios das representações presentes nos seus enunciados, atribui e carrega efeitos de verdade sobre a relação sociedade e natureza, abordando em seus currículos o entendimento das relações de poder entre países e povos, o conhecimento da dinâmica da natureza para sua instrumentalização pela espécie humana e as diferentes matrizes culturais que também integram esse universo (Tonini, 2006). Ressalto que a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura, já que representar envolve o uso da linguagem, de textos, de símbolos, de signos e de imagens, que se apresentam como realidades, valores e identidades atribuídos a um determinado grupo social, povo, país, território.

Considero neste texto, os Manuais dos Alunos do ESG como parte da materialidade discursiva do atual currículo da disciplina de Geografia de Timor-Leste e, com isso, necessita-se atenção ao que seus discursos refletem. Busco assim, analisar alguns enunciados que possibilitam uma fixação provisória e contingencial do papel da mulher timorense. Para isso, analisei no Manual do Aluno de Geografia¹¹ do 11º do ESG, a Unidade Temática 3 – “Os recursos de Timor-Leste”, mais especificamente, o *Subtema 3* dessa unidade “*Os recursos culturais – uma explicação do presente à luz do passado*”. Este subtema é composto por quarenta e nove páginas (96 - 145), incluindo as páginas de atividades complementares.

Fazendo a leitura desse material, o primeiro enunciado específico referente ao papel da mulher timorense encontra-se presente na narrativa sobre uma importante mudança estrutural dessa sociedade. Em que no passado,

Numerosos grupos etnolinguísticos funcionavam segundo um modo matrilineário, assumindo a mulher um lugar determinante. As primeiras narrativas portuguesas referem que era frequente encontrarem-se rainhas a dirigirem os reinos. No decorrer dos séculos o papel da mulher em cargos de chefia diminuiu, sobretudo devido a influência exteriores. (RDTL, 2013, p. 102 – grifo meu).

¹¹ Disponível em: <<https://www.ua.pt/esgtimor/PageText.aspx?id=16806>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Essa mudança social tão complexa, é apresentada nesse material sem problematizar possíveis tensões, violências e repressões que contribuíram para tal mudança. As mulheres ao longo do tempo foram submetidas a uma ideologia e uma construção cultural que legitimou a superioridade masculina, criando um contexto de hierarquia e de poder (Guimarães, 2016), muitas vezes ocasionada pelo uso da força masculina e da violência sexual. No entanto, em nenhum momento os aspectos de opressão são retratados, dando a entender que a mudança dos grupos matrilineares para um sistema patrilinear, no qual as mulheres perderam suas forças nas tomadas de decisões, ocorreu de forma pacífica. Durand (2009) afirma que, no período pré-colonial, Timor-Leste era uma sociedade que funcionava com grandes quantidades de grupos matrilineares, no entanto, as mulheres perderam ao longo dos séculos sua participação em diversos setores das comunidades por causa de influências externas conseqüentes da colonização.

Nesse sentido, não podemos deixar de refletir sobre o contexto de produção desse material didático, pois trata-se de um currículo elaborado por profissionais portugueses que participam de acordos de cooperação entre Portugal e Timor-Leste e que também lutam discursivamente para exercer a hegemonia frente aos discursos da colonização portuguesa, apresentando assim, uma ideia de *harmonia colonial* que romantiza ainda hoje as discussões sobre a colonização portuguesa nesse território. Acentuando que a hegemonia é constituída como uma prática discursiva “dentro da qual posições diferenciais, enfatizando e construindo equivalências entre certos polos de diversos antagonismos, buscam subverter uma ordem social, substituindo-a por outra” (Southwell, 2014, p. 143). Assim, ao abordar tal mudança social, é fundamental discutir que a colonização impôs uma nova forma estrutural de organização na sociedade timorense. Nessa direção Cunha (2006) diz que,

Achegada dos poderes coloniais e imperiais teve como consequência, entre outras obviamente, a crise e/ou o colapso da maioria das instituições locais. Novas formas de associação apareceram e desenvolveram-se no seio desta reordenação, provocada pelos inevitáveis conflitos que o novo poder impôs às sociedades locais, que não se instalou sem violência e sem resistência. O colonialismo não foi meramente um acto político e administrativo, mas a violação da Terra, dos corpos e da cultura. (Cunha, 2006, p. 04).

Posteriormente, encontramos enunciados que apresentam uma série de atividades exercidas exclusivamente por mulheres em Timor-Leste, contudo esses enunciados estão envoltos de discursos que retratam e reforçam a não valorização do trabalho doméstico, assim como não valorizam o trabalho exercido pelas mulheres na produção dos artesanatos da cultura timorense. Pode-se verificar esses enunciados nos seguintes trechos:

A olaria representa uma arte tradicional em Timor-Leste e é efetuada, sobretudo, pelas mulheres. São *elas que nas horas livres dos trabalhos caseiros amassam, trabalham e cozem o barro*. (RDTL, 2013, p.105 – grifo meu).

A arte de fazer cestos é, sobretudo, efetuada pelas mulheres, que utilizam folhas de palmeira e de outras plantas para produzirem um conjunto muito diversificado de peças. Porta-moedas, malas, cestos, colares, estojos e outros objetos decorativos são muito frequentes. *As mulheres praticam esta atividade durante os momentos de lazer*, em noites de luar ou em dia em que a humidade facilita o manuseamento das folhas. (RDTL, 2013, p.106 – grifo meu).

Ao descrever que “elas que nas horas livres dos trabalhos caseiros amassam, trabalham e cozem o barro” e “as mulheres praticam esta atividade durante os momentos de lazer” para discorrer sobre a confecção dos artesanatos, o Manual do Aluno pode resultar em interpretações que levam os estudantes e educadores timorenses entenderem que essas tarefas não tomam tempo e nem causam desgaste físico nas mulheres, já que retratam tais tarefas como lazer e/ou diversão, e não como mais uma função agregada a jornada de trabalho doméstico das mulheres. Silva (2011), evidencia que divisão sexual do trabalho, impõe os papéis e as funções que mulheres e homens devem ocupar dentro de determinadas sociedades, sendo essas geralmente diferenciadas entre si, legitimadas por um discurso patriarcal que gera uma hierarquia entre o homem e a mulher. Com isso, as mulheres oriundas de uma sociedade patriarcal ainda são tidas como força de trabalho secundária, e muitas vezes isso reflete nos salários que a mesma recebe nos trabalhos formais, e no excesso de trabalho realizado no âmbito familiar.

O ordenamento discursivo na representação da produção de artesanatos timorenses no único recurso didático oficial no país contribui para a permanência das desigualdades de gêneros, uma vez que, mesmo as mulheres

produzindo artesanatos que são vendidos nas feiras, nas praias e nos eventos culturais (mantendo a materialização da cultura timorense e agregando renda para à esfera familiar), esse material tem reforçado o sentido de que os artesanatos são produzidos sem esforços, que não ocupam o tempo e também não desgasta fisicamente essas mulheres. Ou seja, além dos discursos nos manuais didáticos evidenciarem o desempenho dos papéis reprodutivo e produtivo das mulheres no âmbito familiar, esses alimentam a naturalização das múltiplas jornadas de trabalhos exercidas pelas mulheres, passando a impressão de que tais trabalhos são dados espontâneos, inquestionáveis e naturais.

Chamou-me atenção também um enunciado presente no manual do 11º ano que reforça as tarefas estritamente feminina e masculina vejamos:

No dia a dia da vida tradicional timorense a *mulher e o homem vivem e trabalham como uma equipe*. Os homens lavram a terra e juntam as pedras e as *mulheres organizam as plantações na horta*. Em casa as *mulheres limpam e cozinham*. As *mulheres enquanto avós, mães, tias e irmãs, desempenham o papel de educadoras das filhas, sobrinhas, netas e irmãs*. *Ensinam-nas a costurar, a lavar roupa, a limpar e a arrumar a casa*. São produtoras de vários objetos e são artistas – *fazem os tais tradicionais do marido e dos filhos*. *Fazem também, esteiras, açafates, cestos para uso da família ou para serem vendidos no mercado*. Os lucros destas vendas são a principal fonte de rendimento ou um reforço para a economia familiar. (RDTL, 2013, p. 114 – grifo meu).

A diferença na quantidade de tarefas desempenhadas pelos homens e pelas mulheres na esfera doméstica torna-se evidentemente gritante nesse trecho do manual. Apesar de muitas mulheres se sentirem empoderadas com o poder que exercem ao desempenhar certas funções dentro da família, não se pode deixar de questionar o acúmulo da responsabilidade e das funções exercidas apenas por essas. Essa diferença na quantidade dos serviços domésticos é tão normatizada que se transforma em um discurso hegemônico, contribuindo para desigualdades, tornando muito difícil a ocorrência de mudanças e equidade social. Vale lembrar que não existem tarefas específicas de homens ou de mulheres, em especial nas sociedades modernas. Mulheres e homens contribuem igualmente para o desenvolvimento social e econômico de seu país, por isso devem ser respeitados e tratados de forma igualitária.

Contudo, os enunciados pertencentes à Geografia escolar timorense têm hoje o papel de construir em estudantes algumas significações sobre o papel da mulher nessa sociedade a partir de representações que fixam imaginários e que agem na internalização de sentidos discursivos presentes nos conteúdos de tradição geográfica. Destacando que um material didático não pode ser considerado somente um “depósito” de conteúdos, “[...] um lugar em que os autores e autoras registravam os conhecimentos geográficos, mas também, [...], como um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação” (Tonini, 2002, p. 32).

Assim, é importante para a luta contra a desigualdade de gênero e pelo respeito às mulheres, materiais didáticos que prezam pelo fim da exclusão, do ocultamento e do silenciamento sobre a construção dos estereótipos de gênero e, que expressem a representatividade do papel da mulher timorense partindo dos interesses e necessidades dessas próprias mulheres, incluindo narrativas de e sobre essas, trazendo assim uma “uma visão de feminilidade que não se esgota nas visões feministas dominantes no mundo contemporâneo” (Cunha, 2006, p. 19), mas sim, que valorize as múltiplas experiências, trajetórias e demandas dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada da ONU, a democratização do país e as políticas de incentivo à igualdade de gênero trouxeram avanços e conflitos entre essas novas perspectivas e o papel tradicional das mulheres timorenses. Existe a inclusão dessas mulheres através de empregos, de incentivo à formação e de geração de renda, sob o ponto de vista do capitalismo e das receitas de boa governança da ONU. Porém, esses avanços dentro dos parâmetros ocidentais e capitalistas não alteram efetivamente a estrutura patriarcal dessa sociedade.

Pensando na esfera educacional, apoiados nos estudos pós-críticos de currículo e na Teoria do Discurso de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, espero poder contribuir para a reflexão acerca da condição política do atual currículo de Geografia do ESG de Timor-Leste e como esse pode agir na significação e naturalização dos estereótipos de gênero, atuando na permanência de desigualdades sociais.

O material analisado evidencia a problemática da naturalização do estereótipo de gênero, descrevendo elementos da esfera tradicional timorense, reafirmando algumas desigualdades e pouco contribuindo para o tencionamento dos conflitos entre o moderno e o tradicional. Observa-se que os conteúdos relacionados especificamente ao papel das mulheres são apresentados nesse material de forma que reforça a desigualdade de gênero, além de não serem abordados por um viés crítico que permita que estudantes desnaturalizem ou rompam com estereótipos de gênero que são construídos historicamente, socialmente e culturalmente, e que instauram diferenças desiguais entre homens e mulheres. Portanto, é importante a presença dos grupos de debates e pesquisas sobre gênero no âmbito das reformulações curriculares, possibilitando a compreensão crítica das questões de gênero em Timor-Leste. Já que, os espaços escolares e acadêmicos devem abordar questões relevantes, contribuindo para a construção social e emancipatória dos formandos e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

Apoema, K. (2016). A mulher cacatua e as tensões na escrita sobre as tradições orais de Timor-Leste. In: V. Paulino, & K. Apoema (Orgs.) *Tradições orais de Timor-Leste*. Belo horizonte: Casa Apoema; Díli – Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Auad, D. (2005). Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas “misturas” no pátio. *Revista Ártemis*. Universidade Federal da Paraíba, v. 2, pp. 39-49.

Batista, G. L. (2017). Desenvolvimento de planos de aula com temas sensíveis: mulheres e violações dos direitos humanos no Brasil e em Timor-Leste. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos*. Florianópolis.

Beauvoir, S. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Volume II. São Paulo: Difusão europeia do livro.

Costa, G. B. A. (2014). Por um ensino de Geografia Crítico: discutindo questões de gênero em sala de aula. In: G. B. A. Costa, *Diálogos entre Geografia e Educação*. Curitiba: CRV Editora, pp. 11-30.

- Costa, H. H. C., & Pereira, T. V. (2013). Sentidos de Interdisciplinaridade articulados nas políticas de currículo: o caso das disciplinas Ciências Naturais e Geografia. *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPEL. Pelotas [44]: 293-318, janeiro/abril.
- Cunha, T. (2006). As Mulheres Africanas no âmago do seu continente: para além da subjugação e da raiva. *IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* – Luanda de 28 a 30 de Novembro.
- Cunha, T. (2010). Tecendo margens no oceano Índico: Paz, Justiça social e Mulheres de Moçambique e Timor-Leste. *Understanding Timor-Leste Conference*. 2-3 July 2009. Universidade Nasional Timor Lorosa'e, Dili, Timor-Leste.
- Cunha, T. (2012). As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 96 – Março, pp. 67-86. <https://doi.org/10.4000/rccs.4825>
- Diniz, V. L. (2016). Desnaturalizando olhares: a importância das discussões sobre igualdade de gênero para profissionais da comunicação em Timor-Leste. In: V. Paulino, & A. T. Barbosa (Orgs.). *A produção do conhecimento científico em Timor-Leste: Língua, Ciência e Formação de professores*. 1ª ed. Díli: Unidade de produção e disseminação do conhecimento, v. 1, pp. 257-263.
- Durand, F. (2009). *História de Timor – Leste: da pré-história à actualidade*. Lisboa: Lidel.
- Giroux, H. (1995). Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In: T. T. Silva (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 85-103.
- Guimarães, P. C. (2016). De trabalhadoras a militantes: A Luta das Mulheres do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Campinas-SP. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação.
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri.
- Laclau, E. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lopes, A. C. (2011). Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. In: A. C. Lopes, R. E. Dias, & R. G. Abreu (Org.). *Discursos nas políticas de currículo*. Rio de Janeiro: Quartet.

- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez.
- Mendonça, D., & Rodrigues, L. P. (2014). Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: D. Mendonça, & L. P. Rodrigues (Orgs.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Meneses, M. P., & Vasile, I. (2014) Introdução. Desafios aos Estudos Pós-Coloniais: As Epistemologias Sul-Sul. *Cescontexto*, n. 5, maio.
- Oliveira, W. S. (2011). A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana: Gepiadde, v. 9, n. 5, pp. 139-149, jan./jun.
- Ramos, A. M., & Teles, F. (2012). *Memória das políticas educativas em Timor-Leste: A consolidação de um sistema (2012-2017)*. Universidade de Aveiro.
- República Democrática de Timor-Leste (RDTL). (2013). Manual do Aluno de Geografia do 11º ano de escolaridade. Autoras: Gomes, Conceição; Morgado, Margarida; Coelho, Celeste. *Ministério da Educação*. Díli, 2013.
- Silva, K. (2014). O governo da e pela kultura. Complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 104 - Setembro. <https://doi.org/10.4000/rccs.5727>
- Silva, S. M. V. (2011). Mulheres e trabalho: novos e velhos dilemas. In: J. M. Silva, & A. C. Pinheiro (Orgs.). *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa: Todapalavra, pp. 149-169.
- Silva, T. T. (2015). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Simião, D. S. (2005). As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste. *Tese de doutorado*, Brasília, Universidade de Brasília – UnB. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200007>
- Southwell, M. (2014). Em torno da construção da hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. In: D. R. Mendonça, & L. Peixoto (Orgs.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Straforini, R. (2016). Permanências e mudanças no currículo de geografia dos anos iniciais ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 6, n. 11, pp. 160-184.

Tonini, I. M. (2002). Identidades Capturadas: Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. *Tese de Doutorado em Educação* - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Tonini, I. M. (2006). *Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos*. 2. ed. – Ijuí: Ed. Unijuí.

Tribess, C., et al. (2015a). Mulheres de Timor-Leste com ensino superior: mudanças e trajetórias de vida. In M. D. Guedes, et al. (Orgs.) *Professores sem fronteiras: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste*. Florianópolis - NUP/UFSC.

Tribess, C., et al. (2015b). O papel das mulheres na sociedade moderna: conflitos e conquistas. *Semanal Matadalan*. Edisaun: 81, 04-10 março.

Trindade, J. (2011). Lulik: the core of timorese values. In: Communication New research of Timor-Leste 3rd Timor-Leste Study Association (TLSA). *Conference*. 20 de Novembro.

Trindade, J. (2016). Lulik: o núcleo de valores timorenses. In: V. Paulino, & K. Apoema (Orgs.) *Tradições orais de Timor-Leste*. Belo horizonte: Casa Apoema; Díli – Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Vilela, C. L. (2014). Livros didáticos e o discurso do conhecimento escolar em geografia: a abordagem regional como regularidade. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 4, n. 8, pp. 55-70, julho/dezembro.

Direitos Autorais (c) 2018 Vanessa Lessio Diniz



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)